



DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA

O preâmbulo da Constituição pós-revolução promulgada em Janeiro de 2014 destaca o compromisso do povo tunisiano “com os ensinamentos do Islamismo”, com a sua “herança cultural e com as realizações universais da civilização humana”. De acordo com o artigo 1º, o Islamismo é a religião do Estado: “A Tunísia é um estado livre, independente e soberano. O Islamismo é a sua religião, o árabe é a sua língua e a república é o seu Governo.”[1] Contudo, o artigo 2º afirma: “A Tunísia tem carácter de Estado civil, baseado na cidadania, na vontade do povo e no primado da lei.”

O artigo 6º diz o seguinte: “O Estado é o guardião da religião. O Estado garante a liberdade de consciência e de crença, o livre exercício do culto religioso e a neutralidade das mesquitas e de locais de culto em relação a todo o tipo de instrumentalização partidária. O Estado compromete-se a divulgar os valores da moderação e tolerância, a proteger o sagrado e a proibir qualquer ofensa a este. O Estado compromete-se igualmente em proibir e a combater os apelos ao Takfir (acusações de apostasia) e o incitamento à violência e ao ódio.”[2] Os críticos veem este artigo como contraditório. Embora o atual Governo enfatize a importância da liberdade

religiosa, o artigo também permite interpretações mais restritivas que podem prejudicar essa mesma liberdade.

O presidente da república tem de ser muçulmano. No entanto, a Constituição garante a liberdade de crença e consciência. As tentativas por parte dos islamitas na assembleia constitucional de criminalizar a apostasia do Islamismo falharam. A conversão do Islamismo a outra religião não é ilegal nos termos da Constituição.

A sharia islâmica não é referida como fonte de legislação, mas é parcialmente incorporada na lei do estatuto pessoal, quando trata questões relacionadas com o casamento e as heranças.

Segundo um acordo entre a Santa Sé e a Tunísia, desde 1964 que a Igreja Católica é oficialmente reconhecida e autorizada a gerir igrejas e instituições sociais. Uma fonte católica local comentou o acordo da seguinte forma: “O acordo dá-nos certeza legal, mas também traz restrições. Segundo este modus vivendi, não somos autorizados a fazer expressões públicas da fé católica, como por exemplo procissões ou algo semelhante. De maneira geral, este acordo proíbe qualquer forma de proselitismo.”

COMPOSIÇÃO RELIGIOSA

A grande maioria dos cidadãos tunisianos são muçulmanos sunitas, mas alguns converteram-se ao Cristianismo. Há quem considere que o número de convertidos chega aos 12 mil. De acordo com fontes católicas locais, cerca de 25 mil

[1] Ver texto completo em inglês: https://www.constituteproject.org/constitution/Tunisia_2014.pdf.

[2] <https://www.hrw.org/news/2014/02/03/problem-tunisia-new-constitution>

cristãos estrangeiros vivem na Tunísia. Outros consideram um número muito mais baixo. A maioria dos cristãos estrangeiros são católicos e há fontes locais que sugerem que eles podem chegar aos 20 mil. Além disso, existem comunidades ortodoxas e protestantes. A maior parte dos cristãos estrangeiros trabalham ou estudam na Tunísia, ou são imigrantes. Muitos deles são africanos da África Subsaariana.

Muitos cristãos trabalharam como funcionários do Banco Africano de Desenvolvimento e os seus números nas paróquias diminuíram depois de este banco ter saído de Tunes. O banco tinha se instalado temporariamente na Tunísia depois de ser forçado a sair da Costa do Marfim em 2003 por razões de segurança. Várias centenas de cristãos empregados desse banco e as suas famílias regressaram agora à Costa do Marfim.

Existe uma antiga comunidade judaica com cerca de 1.500 judeus que vivem na Tunísia. A maior parte dos Judeus abandonou o país depois do estabelecimento do Estado de Israel. Os atuais Judeus tunisianos estão sobretudo em Tunes e na ilha de Djerba. O Rabino-Chefe é pago pelo Governo tunisiano.

INCIDENTES

A influência cultural ocidental é considerada elevada, como legado do protetorado francês. O Islamismo tradicional na Tunísia é considerado moderado, mas o Islamismo radical está ativo.[3] Muitos muçulmanos tunisianos aderiram a grupos jihadistas como o grupo autodenominado Estado Islâmico (EI), combatendo na Síria e em outros países. Os grupos jihadistas também realizaram ataques na Tunísia. O mais sangrento foi um ataque a turistas em julho de 2015 em que morreram trinta e oito pessoas. Reagindo a este ataque, os Cristãos locais expressaram os seus receios, mas afirmaram que até agora não tinham sido alvo dos extremistas muçulmanos. As ameaças islamitas são dirigidas sobretudo aos tunisianos que são considerados demasiado liberais. De acordo com fontes locais, foram tomadas medidas para proteger certos lugares, incluindo a catedral católica de Tunes.[4]

O Governo tomou medidas contra os pregadores e ativistas radicais. Foram realizadas operações antiterrorismo e foram detidos suspeitos. Também foram encerradas estações de rádio de cariz religioso e mais de 150 associações por causa das suas ligações ao terrorismo e ao incitamento. Alguns grupos de direitos humanos consideraram que as medidas foram arbitrárias.[5] Alguns muçulmanos conservadores não violentos queixaram-se que a polícia em geral olha para eles com suspeita por causa do seu aspecto.[6] O Governo,

contudo, argumenta que as medidas foram necessárias para proteger as liberdades garantidas na Constituição.[7]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

Os católicos locais consideram que a nova Constituição do país representa uma evolução. Um sacerdote católico disse à ACN: "Não só garante a liberdade de culto, mas também a verdadeira liberdade de consciência. Isto inclui as conversões religiosas, como por exemplo as dos que se convertem do Islamismo ao Cristianismo. Isto seria inconcebível em muitos países islâmicos. Vamos ver como é que as coisas evoluem. No entanto, a teoria é uma coisa e a prática é outra. Um muçulmano que mostra interesse pelo Cristianismo pode ser colocado sob forte pressão social." De acordo com fontes locais, há relatos de que alguns muçulmanos convertidos ao Cristianismo foram assediados ou excluídos pelas próprias famílias.

Um desenvolvimento preocupante é o elevado número de jihadistas violentos no país.

[3] <https://www.wilsoncenter.org/tunisia-the-best-bet>

[4] ACN News, 30 de Outubro de 2014.

[5] <https://www.hrw.org/world-report/2015/country-chapters/tunisia>

[6] <http://www.alaraby.co.uk/english/politics/2015/4/30/lifting-the-veil-on-religious-freedom-in-tunisia-1> (Ver também): <http://www.reuters.com/article/us-tunisia-security->

[rights-idUSKBNOMZ1G620150408.](https://www.cbc.ca/news/world/tunisia-passes-anti-terror-law-despite-personal-freedom-concerns-1.3167624)

[7] <http://www.cbc.ca/news/world/tunisia-passes-anti-terror-law-despite-personal-freedom-concerns-1.3167624>